



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Saúde

Junta de Recursos

Parecer nº 15/SES/ASSJUR-JR/2020

PROCESSO Nº 1320.01.0046515/2019-55

## JUNTA DE RECURSOS

JURSIM

**ASSUNTO:** Recurso

**AUDITADO:** Secretaria Municipal de Saúde

**MUNICÍPIO:** São Sebastião do Paraíso

**NMAA:** Sul

**SRS:** Passos

**Nº PROCESSO SEI:** 1320.01.0046515/2019-55

**ATIVIDADE SISAUD:** 576

**RECORRENTE:** Secretaria Municipal de Saúde

(Representada pelo Sr. Wandilson Aparecido Bícigo, Secretário de Saúde do Município).

## RELATÓRIO

Trata-se Auditoria Especial realizada pelo Núcleo Macrorregional de Auditoria Assistencial (NMAA) Alfenas, na Secretaria Municipal de Saúde, no município de São Sebastião do Paraíso/MG, de 25/06/2019 a 28/06/2019, que originou o Ofício SES/AUDSUS nº 276/2020 em virtude das seguintes constatações não conformes apontadas no Relatório Final de Auditoria, seguidas de penalidades e/ou medidas corretivas impostas nos termos da Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011:

### ***Penalidade de Advertência Escrita em consequência das seguintes constatações não conformes:***

*1 - Constatação nº 578039 - O planejamento para aquisição de lancetas pelo município de São Sebastião do Paraíso no ano de 2014 não considerou dados de consumo e demanda do referido produto. Em desacordo com a Portaria Consolidação MS/GM nº 2/2017, Anexo I do Anexo XXVII - Política Nacional de Medicamentos, item 3.3, 4.2 e 5.4 e Manual de Assistência Farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para a sua organização/MS, 2ª edição, Brasília: Ministério da Saúde, 2006 item 5.2.4.*

2 - *Constatação nº 578041 - Não foi formalizado contrato para aquisição de lancetas com a empresa Nacional Comercial Hospitalar Ltda., vencedora do Pregão Presencial nº 033/2014. Em desacordo com a Lei 10.520/2002, art. 4º, inciso XXII e Edital de Licitação do Pregão Presencial nº 033/2014 Capítulo XII CONDIÇÕES CONTRATUAIS, item 12.1 e Ata de Registro de Preço 07-DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO item I.*

3 - *Constatação nº 578044 - Pagamento realizado por meio de contas que não compõe o FMS. Em desacordo com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 2º Parágrafo Único.*

***Penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos em consequência da constatação***

4 - *Constatação nº 578045 - Pagamento de lancetas com recurso do programa Saúde em Casa. Em desacordo com a Resolução SES/MG nº 4.215/2014 Capítulo II - Do processo de execução, art. 3º.*

**PARECER**

Trata-se Auditoria Especial realizada em razão de demanda da 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso, por meio do Ofício nº 368/2019-MA, datado de 22/03/2019.

O Auditado se manifestou encaminhando o documento ***“Recurso PJ referente ao Relatório Final Ativ. 576 (22537143)”*** do Processo SEI nº: **1320.01.0046515/2019-55**. Conhecemos do recurso pela tempestividade e legitimidade do recorrente.

Em relação às constatações apontadas nos itens **1 (constatação nº 578039), 2 (constatação nº 578041) e 3 (constatação nº 578044)**, o auditado não apresentou justificativas. Dessa forma, não serão objeto de análise, devendo ser mantidas as respectivas penalidades impostas pelos Auditores da SES-MG.

***4 - Constatação nº 578045 - Pagamento de lancetas com recurso do programa Saúde em Casa.***

**Assim se manifestou o Auditado:**

*“Com meus cumprimentos, em resposta ao ofício SES/AUDSUS nº 276/2020, venho solicitar que a penalidade de Advertência Escrita e Medida Corretiva de Devolução de Recursos, aplicada à constatação 57 8045, seja revertida em prol da conta do programa saúde em casa, do fundo municipal de Saúde de São Sebastião do Paraíso, e assim os recursos sejam aplicados na sua finalidade.*

*Peço licença para discordar dos argumentos da auditoria e ressaltar que o programa saúde em casa permitia que os recursos fossem aplicados em aquisição de lancetas, embora os auditores relataram:*

*‘Importante ressaltar que essas mesmas lancetas não foram utilizadas exclusivamente nas unidades básicas de saúde, pois a distribuição deste insumo foi destinada também para o ambulatório e pronto atendimento conforme justificativa 1 e 2 da constatação 57 8039 deste relatório. Além disso, a legislação do programa estadual vigente a época não permite a aquisição de insumos para as unidades básicas de saúde.’*

*Vejam como parece incoerente dizer que o recurso não poderia ser aplicado porque as lancetas não foram utilizadas exclusivamente nas unidades básicas de saúde e na sequência dizer que não permite a aquisição de insumos para as unidades básicas de saúde. Além do mais, a compra de lancetas foi feita para todos os fins: a) distribuição gratuita diretamente aos pacientes cadastrados no programa; b) pronto atendimento. A que se considerar que o pagamento com recursos do Saúde em Casa não foi na integralidade de (R\$ 362.310,00) e sim no valor de R\$ 61.000,00, demonstrando uma lógica em relação à utilização dos recursos. Além disso, a prestação de contas (anexo) foi aceita pela Secretaria de Estado da Saúde.”*

## **ANÁLISE:**

Cabe destacar o que dispõe a Resolução SES/MG nº 4.215, de 18 de fevereiro de 2014, que estabelece as normas gerais de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação do processo de concessão do incentivo financeiro do Programa Estruturador Saúde em Casa:

### **CAPÍTULO II DO PROCESSO DE EXECUÇÃO**

*Art. 3º O incentivo financeiro referente ao Programa Estruturador Saúde em Casa deverá ser utilizado pelo município, exclusivamente, em ações e serviços de Atenção Primária à Saúde.*

*§ 1º As ações e serviços de atenção primária à saúde descritas no caput deste artigo devem observar, no que tange ao aspecto assistencial, as diretrizes da Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES).*

O Auditado não apresentou justificativa acompanhada de documentação probatória apta a afastar a irregularidade. Consideramos como não corrigida.

## **CONCLUSÃO**

O processo de auditoria em análise tramitou nos moldes da Resolução SES-MG nº 2.906/2011. A legislação citada pela equipe de auditoria fundamentou devidamente o apontamento das constatações não conformes, não havendo nenhuma irregularidade do ponto de vista jurídico.

Diante do exposto, consideramos que os requisitos de admissibilidade foram atendidos. No entanto, não foram apresentadas justificativas válidas, acompanhadas de documentação probatória apta a afastar as irregularidades ou demonstrar que a necessária correção estava em andamento. Dessa forma, entendemos pelo conhecimento do recurso, negando-lhe provimento para manter as penalidades e medidas corretivas impostas ao Auditado.

Por fim é importante apontar que o ente auditado pede para que os recursos do Saúde em Casa, que foram utilizados indevidamente, sejam revertidos a conta do FMS, para uso no respectivo programa. Porém, a presente análise não abrange o exame de competências técnicas, econômicas ou financeiras e de gestão da SES, as quais extrapolam nosso âmbito de atuação, devendo nesse caso, ficar a cargo da autoridade superior dessa pasta.

À superior apreciação

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2020.